

MANEJO SUSTENTÁVEL DA MADEIRA NO MUNICÍPIO DE XAPURI- AC.

Estudantes: Geiza Gonçalves de Azevedo (EG-FJP)

Vitor Borba Assreuy (FGV-EAESP)

Supervisores: Catarina Ianni Segatto (FGV-EAESP) e Franklin Bruno da Silva (EG-FJP)

São Paulo, setembro de 2012

Sumário

1.Introdução	3
2. Acre e o manejo sustentável comunitário da madeira	4
2.1. Contextualização histórica do Acre	4
2.2. Cenário atual e o papel do Governo do Acre no esforço de industrializar e modernizar o estado	4
2.3. Manejo Comunitário da Madeira no Acre	6
3.O manejo madeireiro comunitário em Xapuri	8
3.1. Xapuri	8
3.2. O pioneirismo do Seringal Cachoeira	9
3.3. A expansão do manejo – Reserva Extrativista Chico Mendes	10
5. Reflexões e análises sobre a experiência vivenciada	10
6. Considerações finais.....	12
7. Referências bibliográficas	13

1.Introdução

A proteção do meio ambiente é assunto em constante discussão no momento. A Administração Pública está cada vez mais atenta à necessidade de preservação dos recursos naturais a fim de garantir qualidade de vida das populações atuais e futuras. Nesse contexto, o Projeto Conexão Local – Modalidade Interuniversitária optou pelo estudo de uma prática pioneira no Brasil, o Manejo Florestal Comunitário Madeireiro. O Manejo tem sido implementado no estado do Acre e tem como principais premissas a exploração sustentável da floresta e o envolvimento da comunidade em todo o processo.

O referido projeto possui dentre seus objetivos o de levar estudantes a conhecer práticas inovadoras de gestão local e desenvolvimento econômico local. Para tanto, os estudantes selecionados têm como desafio conhecer a experiência designada e retratá-la de forma clara e precisa.

A proposta de pesquisa de campo do presente trabalho buscou entender a cadeia produtiva do manejo sustentável da madeira no município de Xapuri, mapeando e decifrando a importância de todos os envolvidos nessa cadeia. A partir desse entendimento, foi possível identificar qual o papel da administração pública na contribuição para as práticas de manejo sustentável e em que aspectos o Governo influencia o manejo sustentável da madeira para que ele desenvolva socialmente o local.

A presente pesquisa foi realizada em duas etapas: pesquisa documental prévia, seguida de exploratória com trabalho de campo de 21 dias de duração – entre 1/07/2012 e 21/07/2012 – nos quais os pesquisadores estiveram nas cidades de Rio Branco e Xapuri. Em Rio Branco foram entrevistados representantes do Governo Estadual, especificamente servidores da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis (SEDENS); representantes da Cooperfloresta; de organizações como a *World Wide Fund For Nature* (WWF) e o Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio). Em Xapuri, as entrevistas aconteceram com representantes da prefeitura municipal de Xapuri, incluindo o prefeito e secretários de meio ambiente e agricultura; com a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri; com líderes comunitários dos seringais Cachoeira e Dois Irmãos. O presidente da Associação de Moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes também foi entrevistado, assim como o representante do ICMbio na cidade e diversos moradores dos seringais e da área urbana da cidade (alguns deles líderes informais, destacados pelos próprios moradores). A equipe teve também a oportunidade de participar de uma assembleia extraordinária no Seringal Cachoeira, na qual estavam presentes, além de moradores das comunidades do Seringal Cachoeira e de seringais vizinhos, representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), das secretarias estaduais de Turismo e de Extensão Agroflorestal e Agricultura Familiar, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), entre outros.

O grande número de fontes consultadas e a imersão na realidade local permitiram a observação de pormenores impossíveis de distinguir em pesquisa documental. O modo de vida das comunidades e as relações estabelecidas entre os diversos atores – governo, comunidade, sociedade civil organizada, entre outros – permitiu o reconhecimento da abrangência do tema e da dificuldade em retratá-lo em poucas páginas.

Buscou-se ao longo do texto retratar o contexto em que se dá a experiência, buscando breve histórico do estado do Acre e da cidade de Xapuri, a fim de demonstrar como o manejo madeireiro se estrutura naquela região. Em seguida, apresentaram-se as ações atuais do Governo Estadual, grande fomentador da prática, e os detalhes do manejo no estado e no município de Xapuri, juntamente com breve contextualização socioeconômica da região.

Ao final de toda a pesquisa foi possível perceber que há participação de inúmeros atores interessados no êxito da iniciativa. Não é possível obtermos uma única resposta, esse nem é o objetivo. O que pode ser dito é que a experiência é considerada recente por estudiosos e isso significa que talvez seja cedo para se afirmar sobre o êxito ou fracasso da mesma. Entretanto é fato que o Manejo Florestal Comunitário Madeireiro envolve grande número de pessoas, direta e indiretamente, e que sua abrangência revela a grande importância para Xapuri, para o Estado do Acre e, logo, a grande responsabilidade com que deve ser tratado.

2. Acre e o manejo sustentável comunitário da madeira

2.1. Contextualização histórica do Acre

O território do Acre foi anexado ao Brasil em 1903, em 1904 se tornou território nacional por decreto e em 1962 teve sua condição elevada a Estado. A história do Acre tem seus principais marcos relacionados à vida dos povos da floresta. A atualidade do estado é resultado da busca por sobrevivência na floresta e luta para sua preservação com tentativas de garantir a subsistência dos povos de maneira sustentável.

De acordo com o governo do estado do Acre, o desenvolvimento da economia acreana se deu principalmente a partir da borracha, produzida a partir do látex extraído das seringueiras. A borracha foi durante muito tempo o principal produto do estado, trazendo muitas pessoas para a região em busca de viver das rendas deste produto oferecido pela floresta. O grande número de pessoas vivendo nas florestas teve como resultado a organização destas em comunidades seringueiras.

A partir da década de 1970, atraídos pelo baixo valor da terra, pecuaristas provenientes de outras partes do país buscaram expandir sua atividade no estado. Segundo Duarte (1986), o desmatamento realizado para a criação de gado e a compra de terras nas quais viviam os seringueiros comprometia a forma de vida das comunidades locais. Nesse período, houve grandes conflitos por terra e a busca por manter a floresta em pé foi a bandeira dos seringueiros, que enfrentaram os grandes pecuaristas a fim de garantir sua subsistência. Os seringueiros se uniram e, em todo estado, realizavam os chamados empates, nos quais expulsavam os funcionários dos fazendeiros das terras compradas antes da derrubada das árvores. Alguns desses empates ocorreram de forma pacífica, porém muitos deles resultaram grandes lutas e muitas mortes, principalmente de seringueiros.

Como citado por Ventura (2003), desse conflito resultou a morte de um dos líderes dos seringueiros, Chico Mendes, pela mão do filho de um dos pecuaristas da região em 1988, fato que chamou a atenção do Brasil e de outros países para a causa. Chico Mendes possuía grande reconhecimento internacional devido à defesa da floresta amazônica e sua morte foi um marco importante, e, de acordo com alguns dos entrevistados, contribuiu para que as comunidades locais conquistassem, com sua articulação, os objetivos de habitar a floresta e gerar renda na mesma.

A partir da análise das ações governamentais a partir de 1989, foi possível observar os esforços dos órgãos públicos para preservar a floresta, por meio de instrumentos legais de preservação. Em 1989, foram criados no Acre, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) os Projetos de Assentamento Extrativistas (PAE) e em 1990, por decreto do Governo Federal, as Reservas Extrativistas (RESEX). As reservas extrativistas são áreas de domínio público e sendo assim, dependem de uma Concessão Real de Uso do Território destinado à reserva que é outorgada à comunidade, tendo em vista o agir coletivamente na busca dos interesses da coletividade. A comunidade outorgada passa a ser responsável pelo gerenciamento do território em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Uma das principais preocupações relatadas pela comunidade era de que os assentamentos levassem em consideração seu modo de vida, não tendo sua área estabelecida de forma arbitrária. Essa solicitação foi atendida e as colocações delimitadas pelo INCRA levam em consideração as chamadas “estradas de seringa”, ou seja, o caminho percorrido por cada seringueiro ao longo do dia para a extração do látex. Sendo assim, cada colocação possui extensão de terra diferenciada, porém, número aproximado de árvores seringueiras.

2.2. Cenário atual e o papel do Governo do Acre no esforço de industrializar e modernizar o estado

Segundo dados do IBGE (dados do censo de 2000), Acre possui atualmente 22 municípios, e aproximadamente 733.559 habitantes, com densidade demográfica 4,47 hab/Km². De acordo com dados do

Governo Estadual, as áreas naturais protegidas representam 45,66% do território, sendo que aproximadamente 87% do estado tem cobertura florestal. Segundo dados oficiais, os setores econômicos com maior participação no Produto Interno Bruto (PIB) do estado são a Administração Pública seguido da agropecuária, mas dentre os principais produtos do estado estão os advindos da floresta, com destaque para a castanha e o látex. Um dos servidores do estado entrevistado afirma que a geração de emprego e renda é ainda incipiente, o que gera a busca do governo por novas alternativas de desenvolvimento.

A partir de 1988, o movimento das comunidades que viviam nas florestas tem se concretizado, e os esforços foram em direção a idealização do movimento de Chico Mendes, da criação de reservas extrativistas e utilização da floresta para a geração de renda e desenvolvimento. A ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) no Governo do Estado, a partir de 1998, veio acompanhada de um projeto político novo no estado, o qual busca conciliar desenvolvimento econômico com a preservação da cobertura florestal.

Segundo entrevista realizada com servidores da Secretaria de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio, dos Serviços Sustentáveis – SEDENS, o início de um novo projeto político para o estado se deu em 1999 com o primeiro Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), no qual foi realizado um diagnóstico do Estado do Acre e teve como resultado produtos cartográficos e documentos técnicos relacionados aos temas: Recursos Naturais e Meio Ambiente, Ocupação Territorial e Subsídio a Gestão, e Indicativo para Gestão Territorial. A elaboração do ZEE contou com a participação de diversos segmentos da sociedade acreana e também dos esforços comuns das esferas federais, estaduais e municipais. Como resultado, o ZEE permitiu avanços relacionados ao planejamento e execução das políticas públicas, além de contar com o aprimoramento de instrumentos de participação da sociedade na formulação de Políticas Públicas. O resultado esperado com a ZEE é a criação da política de desenvolvimento florestal, que consiste na produção sustentável de base florestal com uso múltiplo da floresta e inclusão social baseado em quatro aspectos: manejo florestal, infraestrutura, instrumentos de créditos e econômicos, e instrumentos legais.

Segundo relato dos entrevistados, o manejo múltiplo da floresta tem como principais produtos geradores de renda o látex das seringueiras e a castanha, além de outros produtos secundários como o açaí, óleo de copaíba, e outras culturas. O projeto do Governo Estadual visa incentivar o uso múltiplo da floresta apoiando as iniciativas já realizadas e oferecendo novas alternativas para aumentar a renda do produtor local.

A partir de dados da SEDENS, o estado Acreano possui 87% de cobertura florestal, o potencial para a produção de madeira no Acre é bastante significativo, chegando à estimativa de US\$ um bilhão/ano no modelo de manejo, segundo dados do Governo do Estado. O programa do Governo para o manejo florestal se iniciou com o programa de concessões florestais, no qual foram criadas quatro florestas para a concessão tanto para empresas, como para famílias que já moravam nas florestas, sendo, em 2005, criada a primeira floresta pública do país a realizar uma Concessão Florestal Comunitária Não-Onerosa, a Floresta Estadual do Antimary.

Atualmente, o Governo adota a postura de industrializar o estado, a partir da premissa de que é possível industrializar garantindo a sustentabilidade. Para tanto, houve uma fusão de secretarias na estrutura do Governo, unindo as Secretaria de Estado de Floresta (SEF) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (SDCT), para a criação de uma terceira, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis (SEDENS).

Para a industrialização, o Governo, por meio da SEDENS, busca criar condições para a implementação de indústrias, cedendo espaço, infraestrutura (concessões para grandes indústrias) e incentivos fiscais. Um exemplo ocorre na cidade de Xapuri, com uma fábrica de pisos. A “Pisos Xapuri” é gerida por meio do que o Governo chama de PPPC, ou seja, parceria público-privada e comunitária. Essa forma de gestão implica em participação do Estado do Acre, de empresários particulares e de representantes da sociedade civil organizada nos conselhos da fábrica.

Os polos moveleiros são também iniciativa do Governo que buscou reunir em um único espaço todas as marcenarias de cada cidade. O Governo garante uma estrutura básica de galpões e um espaço adequado de destinação dos resíduos da atividade. Além disso, todo o trâmite legal incluindo os custos são realizações do governo, juntamente com as marcenarias, para o alcance das licenças ambientais. De acordo com o coordenador do programa de apoio ao setor moveleiro e madeireiro do Estado do Acre o Governo criou nove parques industriais no Acre e exige como contrapartida por parte dos madeireiros um plano de negócios relacionado à

geração de emprego e renda à população local. Cumprindo o plano, a estrutura cedida pelo Governo pode ser incorporada ao patrimônio da empresa.

Essa ação tem também como finalidade a retirada das marcenarias “de fundo de quintal” que produzem grande poluição ambiental e sonora, onde se colocam. Além disso, a concentração das marcenarias nos polos facilita a fiscalização e o controle sobre a madeira utilizada pela indústria moveleira do estado.

De acordo com dados do Governo Estadual, até a década de 1990, o Acre possuía cerca de 150 serrarias que trabalhavam na completa ilegalidade. A madeira era vendida por um valor irrisório no Acre e saía do país por uma quantia exorbitante. Com o início da política florestal, a exploração da madeira passou a ser limitada pelos planos de manejo. Houve durante o processo conflitos com relação às serrarias ilegais, porém hoje o estado possui 25 madeiras e 150 grandes marcenarias que processam a madeira garantindo valor agregado antes da saída do Acre. A fim de agregar valor ao produto, os marceneiros participam atualmente, com o apoio do Governo, de um curso de design ministrado pela Escola Politécnica de Milão.

Alguns dos principais desafios apontados pela SEDENS são o escoamento da produção e o reconhecimento e a escolha de quais outros tipos de indústrias seria interessante, de fato, ao estado. A conscientização da população é também um processo delicado uma vez que há desconfiança quanto à ação do Governo de industrialização associada à sustentabilidade. A afirmação governamental é que a política de conscientização tem sido atrelada à fiscalização; e que uma política florestal atrelada a industrial é essencial.

Foi finalizada em 2012 a primeira Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Estado do Acre. Localizada próxima a capital Rio Branco, a ZPE do Acre foi pensada estrategicamente para exportar produtos pela rota do pacífico, em decorrência da proximidade. Essa ZPE tem capacidade para mais de 30 empresas e tem objetivo escoar a produção interna para os mercados externos.

2.3. Manejo Comunitário da Madeira no Acre

Um dos caminhos mais difundidos para mover a economia e inverter as engrenagens do desmatamento é o manejo florestal. Adeodato (2011) descreve que o manejo florestal constitui na exploração de madeira e outros produtos mediante determinadas regras e métodos que reduzem impactos. Se aplicados corretamente, conservam a floresta em boas condições ecológicas para o fornecimento dos serviços ambientais e para a exploração econômica no futuro. Além de garantir o uso sustentável, o manejo florestal tem a função de reduzir a pressão e as incursões clandestinas sobre terras indígenas, parques nacionais, reservas ecológicas e demais áreas de conservação. E assim contribuir em maior escala para a proteção da biodiversidade. Apenas 3% das florestas na América do Sul são manejadas para uso econômico sustentável, o que indica o grande potencial para esta atividade.

Ainda segundo Adeodato (2011), o Acre é referência no Brasil quanto ao Manejo Sustentável da Floresta, sendo que 95% das toras são obtidas por métodos com impacto reduzido a floresta. Os demais 5%, segundo dados oficiais, ainda têm origem no desmatamento, a maior parcela em pequenas comunidades. No Acre, a cadeia produtiva da madeira tem potencial para extração sustentável de toras em 6 milhões de hectares, quase metade da área do Estado, o que geraria uma receita aproximada de 1,8 bilhão de reais por ano.

Há que se diferenciar manejo florestal comunitário (MFC) de manejo florestal comunitário madeireiro (MFCM). De acordo com informações do Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA), o primeiro se refere ao manejo de todo e qualquer tipo de produto advindo da floresta, inclui a madeira, mas não se limita a ela. O manejo florestal comunitário tem como premissa a redução do impacto garantindo a sustentabilidade, isso se aplica ao manejo madeireiro. Qualquer exploração madeireira no Acre só pode ser realizada com um plano de manejo florestal autorizado pelos órgãos governamentais.

Depois de delimitadas as áreas de manejo, segundo os entrevistados, o Governo desenvolveu um plano de manejo comunitário a fim de habilitar as áreas de reservas legais comunitárias, visando uma melhoria da qualidade de vida por meio do aumento de renda dos extrativistas e pequenos produtores através da extração de produtos madeireiros e não madeireiros. São cerca de 1.500 famílias que vivem nessas florestas aptas a realizar o manejo da madeira. A fim de tornar essa uma atividade de excelência, o Governo Estadual incentiva a formação

de novos engenheiros florestais por meio do programa de Residência Florestal, que visa oferecer mão de obra especializada para a atividade do manejo da madeira.

Desde 1995 tem sido realizadas diversas experiências de manejo florestal no estado do Acre, implementadas por comunidades rurais, com apoio do Governo do Estado e de inúmeras organizações não governamentais. Assim, o estado do Acre foi um núcleo pioneiro no que tange a experiência de manejo da floresta em relação a outros locais do Brasil, segundo dados do Governo Estadual.

A organização popular teve, e ainda tem, papel importante no processo de implementação do manejo florestal comunitário madeireiro. Segundo o Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA), uma das primeiras experiências de MFCM foi no município de Acrelândia e contou com o seu apoio, organização não governamental de utilidade pública municipal, estadual e federal. Fundado com o objetivo de oferecer suporte técnico-institucional aos seringueiros, ainda na época dos empates, o CTA seguiu ao longo dos anos com ações de capacitação para o manejo e para cooperativas. A ação desse órgão se baseia na observação de que a organização formalizada dos seringueiros é uma grande necessidade, porém, também uma dificuldade e precisa, portanto, de apoio.

Atuando junto aos seringueiros e contando com apoio de outras organizações, a exemplo o WWF, o CTA contribuiu para a criação da Cooperfloresta, cooperativa formada em 04 de agosto de 2005 pelos próprios seringueiros com o objetivo de trabalhar o manejo florestal comunitário madeireiro. Atualmente, a Cooperfloresta responde por grande parte do MFCM no Acre (inclusive na Resex Chico Mendes e em PAEs na cidade de Xapuri) de maneira autônoma e o CTA atua com manejo não madeireiro. Ressalta-se que todas as áreas manejadas possuem representações de associações comunitárias, sendo assim, todo tipo de decisão e negociação é realizado com participação das lideranças e de todos os associados.

De acordo com a própria Cooperativa, ela atua com aproximadamente 200 famílias atualmente, em assentamentos de todo o estado, e licencia cerca de 50 mil m³ de madeira por ano, sendo que o volume retirado é cerca de 60 a 80% desse total. Pela experiência relatada, vendendo individualmente, um produtor consegue de R\$40,00 a R\$50,00 de lucro por metro cúbico de madeira, e R\$90,00 é o valor pelo qual a cooperativa compra atualmente do produtor. O repasse é cerca de R\$60,00 ao proprietário da terra, visto que cerca de 30% deste valor está relacionado aos custos da retirada.

O trabalho da Cooperfloresta vai desde o estudo de viabilidade para o licenciamento da madeira ao corte e retirada das toras da mata, seja de maneira independente ou terceirizada – a cooperativa adquiriu recentemente, com apoio do Governo Estadual, maquinário para esse trabalho e possui uma engenheira florestal contratada para o apoio nas atividades. O proprietário da terra participa apenas da escolha do local que será explorado e pode optar pelo corte ou não da tora selecionada durante o estudo prévio.

O processo do MFCM, apresentado pela Cooperfloresta, se dá da seguinte forma: cada hectare de floresta possui em média 200 árvores maduras e 1000 árvores jovens. Nessa área, é realizado o inventário e as árvores consideradas de interesse para o corte recebem placas com um número de identificação. Do estoque já adulto são retiradas de quatro a seis árvores por hectare, que em média representam de 15 a 30 m³ de madeira. É delimitada uma área de 10 hectares na qual poderá ser retirado um limite máximo de 150m³ de madeira, e outra retirada só poderá ser realizada em, no mínimo, 25 anos. A placa de identificação garante a rastreabilidade da madeira até o produto final, garantindo a origem de madeira certificada. A corte acontece e as toras são retiradas até um local de fácil acesso, denominado “explanadão”, no qual os compradores – que foram captados e negociaram previamente com a cooperativa – recolhem.

Atualmente, o manejo madeireiro em algumas partes do Estado utiliza uma tecnologia chamada Modelo Digital de Exploração Florestal (MODEFLORA). Essa tecnologia permite que por meio de um sistema de GPS seja possível obter uma alta precisão no momento do mapeamento das áreas a serem manejadas e também tem como benefício a redução do impacto sobre a cobertura florestal se comparado ao modelo tradicional de manejo da madeira.

A Cooperfloresta encaminha toda a documentação para licenciamento, tendo apoio do Governo Estadual para os primeiros planos de manejo (documento essencial para o licenciamento). A observação realizada,

contudo, é que se trata de um processo moroso e caro, sendo esse um dos maiores entraves ao trabalho da cooperativa.

Nesse contexto, uma vez que as áreas manejadas são reservas federais, entram como licenciadores o ICMbio e o INCRA. O ICMbio é responsável pela gestão da área da RESEX Chico Mendes, contida em sua maior extensão no município de Xapuri. Esse órgão, que desde 2007 se tornou independente do IBAMA, atua principalmente na articulação das comunidades e fiscalização da Reserva, e desde 2011, como licenciador. Ao INCRA cabe as referidas ações nos Planos anuais de exploração (PAEs), que são geridos por esse órgão.

Há atualmente um termo de cooperação técnica entre a SEDENS e o INCRA a fim de agilizar os processos de manejo e regularização fundiária. Já com o ICMbio o processo ainda é lento, pois, o licenciamento por esse órgão é recente e acontece apenas em Brasília-DF. Essa burocracia gera um baixo nível de eficiência do processo dificultando o acesso dos trabalhadores aos recursos advindos da exploração madeireira.

Em julho desse ano o ICMbio, por meio de uma Autorização de Exploração (AUTEX), permitiu o MFCM dentro da área da Reserva Extrativista Chico Mendes. A Associação dos Moradores da Reserva teve a iniciativa de buscar a autorização, houve um trabalho de delimitação das áreas a serem manejadas, inclusive das espécies que poderão ser retiradas e, depois de um longo processo, obtiveram a AUTEX válida por um ano. Essa é uma ação pioneira no Brasil, é a primeira AUTEX liberada para uma Reserva Extrativista e, sendo assim, deverá ser acompanhada de perto e pode ou não ser renovada, tendo em vista os resultados obtidos ao longo do ano. Todo o processo de exploração na Reserva será realizado pela Cooperfloresta.

3.O manejo madeireiro comunitário em Xapuri

3.1. Xapuri

Localizada no sudeste de Estado do Acre, o Município de Xapuri tem importância relevante para o entendimento da história do Estado Acreano e também no estudo do manejo florestal da madeira. Fundada oficialmente no ano de 1904, a cidade de Xapuri foi palco de grandes conflitos, desde a revolução acreana até a luta dos seringueiros liderada por Chico Mendes. Atualmente, com aproximadamente 16 mil habitantes espalhados entre área urbana e áreas rurais, Xapuri é uma cidade onde grande parte da riqueza provém das áreas rurais por meio da realização do manejo de uso múltiplo da floresta, tendo como base três produtos: a castanha, o látex e a madeira.

No município, a Prefeitura é politicamente alinhada ao Governo do Estado, o que confere alguma facilidade de articulação. Esse alinhamento, além de ter sua parte em questões partidárias, acontece principalmente por causa do alinhamento entre ideologias, sendo os Governos municipais e estadual a favor da realização do manejo da madeira, por exemplo. A questão ideológica é fundamental para a existência ou não do manejo naquela região, visto que existem pessoas, organização e sindicatos que ideologicamente são contra a realização do manejo, pois afirmam que não passa de uma experiência puramente capitalista com fins de gerar renda às pessoas mais influentes, ludibriando o pequeno produtor com promessas de aumento de renda e desenvolvimento local.

Uma observação recorrente dos entrevistados é que desde a morte de Chico Mendes, o município recebe maior atenção do Governo Estadual em relação a realização do manejo da floresta e da criação de reservas extrativistas. O manejo múltiplo da floresta por comunitários veio acompanhado de um esforço do Governo Estadual para agregar valor aos produtos extraídos das florestas.

Economicamente, Xapuri é considerada uma cidade bem desenvolvida tendo em seu território três grandes fábricas, a de preservativos masculinos, Natéx, a de tacos, Pisos Xapuri, e a fábrica de processamento de castanha da Cooperacre.

Em relação ao látex, tem sede no município a única fábrica do mundo a produzir preservativos masculinos com látex natural (advindo de seringueiras nativas, não reflorestadas). A Natex é gerida com a participação do Governo do Estado, de empresários e da sociedade civil (possuindo representantes no conselho da fábrica), o que faz com que haja a chamada parceria público privada comunitária, PPPC, e é uma das

iniciativas do Governo para agregar valor ao produto florestal. De acordo com a gerência da fábrica, há cerca de 700 famílias cadastradas como fornecedoras de matéria prima, que conseguem vender o látex a um valor de 7,80/kg, sendo R\$ 4,20 (quatro reais e vinte centavos) de subsídios Estaduais e Federais. A fábrica, que tem maior participação do Governo Estadual, tem parceria com o Governo Federal para vender os produtos diretamente para o Ministério da Saúde, produz cem milhões de preservativos por ano e está se preparando para dobrar a produção.

Há também a fábrica de processamento de castanhas, que junto com outras duas nas cidades de Brasília e Sena Madureira, compõe a estrutura de processamento da Coopeacre no Estado, cooperativa dos produtores locais que atua na coleta do látex e também no processamento e venda da castanha, agregando valor ao produto. As três fábricas juntas não têm capacidade de processar toda a produção do Estado, que chegou a 11 mil toneladas, maior produção do Brasil e representando 37% do total. Os produtores nos informaram que venderam na última safra a lata de castanha (20 litros) por R\$ 23,00 para fábrica, esse valor é considerado alto pelos trabalhadores, e, segundo eles, nunca havia sido alcançado.

Em relação a madeira, os esforços do Governo para agregar renda às famílias produtoras em Xapuri estão na Fábrica de tacos cujo objetivo é processar o produto agregando maior valor. A Pisos Xapuri é também administrada pelo modelo de PPPC. A fábrica tem capacidade de absorver toda a produção comunitária atual e ainda demanda mais madeira. Ademais, o município conta com um dos polos moveleiros criados pelo Governo Estadual.

A reserva extrativista Chico Mendes, possui grande parte de suas áreas no município de Xapuri, no entanto, a administração dessas áreas não cabe à Prefeitura Municipal e fica a cargo do ICMbio. As áreas rurais de Xapuri são divididas em comunidades, que possuem de 30 a 80 famílias que foram assentadas pelo INCRA. Cada família tem posse de 250 a 400 hectares na floresta para realizar o manejo. As famílias se reúnem em associações de moradores, a fim de conseguir maior representatividade perante o Governo Estadual, Prefeitura Municipal e INCRA. Praticamente todas as comunidades estão organizadas em associações, que possuem um representante eleito pelas famílias. Essas associações recebem grande atenção do Governo e órgãos envolvidos no manejo, visto que facilita a comunicação e também a fiscalização pelos órgãos florestais.

O Governo do Estado está presente em toda a cadeia produtiva dos produtos advindos da floresta, desde o apoio aos colonos na realização do manejo até na gestão de grandes fábricas instaladas na cidade. Essa presença se faz necessária no momento com o intuito de buscar criar mecanismos para instalação de infraestrutura capaz de atrair e promover o desenvolvimento econômico a longo prazo. A estratégia do Governo Estadual de atuar ativamente no setor econômico tem como objetivo realizar futuramente concessões desse aparelho para empresas do segundo setor.

3.2. O pioneirismo do Seringal Cachoeira

O Projeto de Assentamento Extrativista Chico Mendes (PAE Chico Mendes) foi criado em 1989, onde foram assentadas cerca de 87 famílias na área rural do município de Xapuri. O local onde é localizado hoje o PAE Chico Mendes, no qual se encontra o Seringal Cachoeira, foi um dos palcos das lutas entre seringueiros e pecuaristas até 1989. O Seringal Cachoeira se diferencia de outras colocações, pois ganhou grande visibilidade por ser um dos locais onde Chico Mendes viveu e também por ser pioneiro na implantação do Manejo Comunitário da Madeira, há 8 anos. Hoje cerca de 50 famílias que realizam o manejo madeireiro na região.

Em visita e ao Seringal Cachoeira e a outro, e em participação de reuniões nas comunidades, foi possível perceber o grande desenvolvimento econômico e social deste em relação a outros da região. Foi relatado por inúmeros moradores que a atividade madeireira é grande responsável pelo desenvolvimento econômico do Seringal. Há um seringueiro que mantém um exemplo do desenvolvimento gerado pelo manejo, ele construiu sua casa de alvenaria ao lado da antiga, de madeira. De acordo com esse morador, a renda extra gerada com a realização do manejo permitiu que ele construísse sua nova casa. Há que se observar que casas de alvenaria são raras nos seringais.

O Seringal possui lideranças ativas (formais ou informais) que atuam na busca de melhorias para suas comunidades. Essas lideranças mantêm contato direto com o Governo e organizam internamente as comunidades, havendo assim, forte coesão no que tange aos pedidos direcionados aos órgãos públicos. Essa

coesão gera resultados importantes entre eles o fato de que atualmente grande parte das famílias do Cachoeira conta com eletricidade e com ramais/estradas próximos a suas residências. Esse Seringal foi escolhido pelo Governo Estadual para a construção de uma pousada ecológica, com equipamentos de turismo de aventura, situação que pretende desenvolver ainda mais a região. Toda essa situação no Seringal Cachoeira tem permitido, cada vez mais, que os jovens permaneçam na região, foi relatado pelos moradores que atualmente não há tanta necessidade de buscar trabalho fora do Seringal.

3.3. A expansão do manejo – Reserva Extrativista Chico Mendes

Dados do ICMBio, informam que existem 54 RESEX espalhadas pelas cinco regiões do Brasil. A RESEX Chico Mendes foi criada a partir de um decreto federal em 1990, possui 9.705 km quadrados e agrega cerca de 1500 famílias, passando por 7 municípios do Estado do Acre, incluindo Xapuri. Dentre todas as reservas extrativistas, a RESEX Chico Mendes foi a primeira a conseguir licença para realizar o manejo comunitário da madeira no ano de 2012.

A RESEX Chico Mendes é uma das pouco habitadas no Brasil, no entanto, muitas das comunidades são isoladas, sem estradas ou mesmo energia elétrica. A maior parte da reserva está localizada no município de Xapuri. Desde 2007 os moradores da reserva lutam para que fosse liberada -AUTEX na Reserva Chico Mendes e agora que esse objetivo foi alcançado, os moradores se organizam para iniciar o MFMC.

Em visita ao Seringal Dois Irmãos, uma das comunidades da RESEX que realizará o manejo da madeira, foi observado que há uma grande preocupação com a evasão dos jovens nos seringais, o que prejudica a atividade seringueira. A exploração da madeira tem sido vista como alternativa para que os jovens que não tem interesse em ser seringueiros, permaneçam na Reserva.

5. Reflexões e análises sobre a experiência vivenciada

A pesquisa de campo na cidade de Xapuri, incluindo a área urbana e os seringais, permitiu a visualização do que a floresta representa para as comunidades. A floresta é chamada de mãe pelos seus moradores, há uma relação de amor e gratidão, além de um grande respeito. Nos locais onde o manejo madeireiro ocorreu, significa realização de sonhos como casa de alvenaria e aumento do poder aquisitivo, ao mesmo tempo em que há pesar pela diminuição da caça e pela queda de árvores centenárias. Onde ele ainda não acontece, há a esperança de uma vida melhor proporcionada pela atividade. Há também a desconfiança ou ainda o desinteresse de quem prefere retirar seu sustento da floresta em pé. Ou seja, o manejo madeireiro envolve uma série de entendimentos distintos, o que torna impossível um consenso.

Não se nega o fato de que em áreas nas quais ocorre o manejo, as comunidades vivem com mais conforto material, as vias de acesso aos assentamentos são melhores, grande parte das famílias possui energia elétrica, a infraestrutura escolar é satisfatória, entre outros fatores. Ocorre, de fato, a priorização das áreas manejadas para os serviços de infraestrutura básica a fim de garantir o bom andamento da atividade. Alguns entrevistados, porém, reconhecem que essa melhoria do serviço público oferecido nos seringais não deveria estar atrelada à atividade madeireira. E o grupo presenciou momentos em que o restante das comunidades discute a necessidade de atenção governamental também para outras atividades, como o escoamento da produção de pequenos agricultores, por exemplo.

A partir das visitas às famílias residentes nos seringais, foi possível observar que há um entendimento de que o manejo da madeira trouxe certo desenvolvimento, no entanto, há um receio por parte dos moradores de que os benefícios relacionados ao manejo possam de alguma maneira se tornarem pressupostos para afirmar a eficácia da atividade de manejar madeira, tirando o foco da eficiência da relação com o meio ambiente e transferindo para a melhoria de vida.

Observou-se que a prática pode ser considerada uma forma fácil de aumento de renda pelos proprietários das colocações, já que o trabalho desses pode ser limitado. Os moradores das localidades onde se

realiza o manejo da madeira não precisam necessariamente acompanhar processo da retirada, pois a Cooperfloresta realiza todo o trabalho. Enquanto alguns participam de todas as etapas, optando pelo que entendem ser melhor em cada uma, outros apenas recebem o dinheiro no fim do processo. Essa possibilidade é vista pelos mais jovens como mais atraente que o trabalho de seringueiro, o que reduz a evasão para as áreas urbanas. Os mais velhos, entretanto, se preocupam pela possibilidade dessa prática se tornar uma busca desenfreada por dinheiro “fácil” degradando demasiadamente a floresta.

Alguns posicionamentos, a exemplo o do Sindicato dos Trabalhadores de Xapuri, são convictamente contra. Os argumentos são de que não há estudos que comprovam que a floresta de fato se recupera em um intervalo de 25 anos, que há perda da caça, além disso, que a madeira é vendida por um preço irrisório, desproporcional ao seu valor real. O valor repassado aos moradores de R\$60,00 por m³ de madeira é considerado absurdo, visto que em outros locais os valores da madeira variam de 150 a 600 reais o m³ em tora, dependendo da espécie. A retirada apenas do tronco principal das árvores é vista como um desperdício já que a galhada, que poderia ser aproveitada, permanece na mata e se perde, já que os seringueiros utilizá-la para a venda.

Os defensores contra argumentam que a atividade é sustentável, uma vez que a floresta possui capacidade enorme de recuperação. A questão da caça é tida como temporária, a fuga ocorreria somente durante a retirada das toras, segundo os moradores, os animais retornam em até um ano após esse período. O baixo valor repassado é atribuído ao alto custo da atividade desde a certificação e o plano de manejo à retirada e escoamento das toras. Além disso, a Cooperfloresta afirma que a madeira certificada é ainda pouco valorizada proporcionalmente ao investimento exigido por ela, mas que a tendência é que o produto seja cada vez mais valorizado.

Ademais, é observável a revolta dos colonos em relação a grande fiscalização realizada pelos órgãos florestais na região. Os moradores retiram da floresta os meios de sobrevivência e, eventualmente, retiram madeiras para realização de pequenas construções e pastos. A burocracia e a demora para que essas retiradas sejam autorizadas, no entanto, é grande, e a realização dessas atividades sem autorização é fiscalizada pelo ICMbio. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores de Xapuri, o excesso de burocracia e proibições impede o modo tradicional de vida das comunidades, ao passo que não há contrapartida de facilidade de condições e assistência técnica, por exemplo.

O manejo florestal comunitário em Xapuri é ainda recente. Em toda a área pesquisada, há posicionamentos contra e a favor do processo e esses se modificam a todo tempo. Alguns moradores que já realizaram o manejo madeireiro não têm o interesse em continuar, argumentando que preferem retirar seu sustento da floresta em pé. Outros acreditam que o manejo veio para melhorar a vida de todos e que deve continuar ocorrendo; entre os que não viveram a experiência, muitos têm interesse e procuram as associações para que possam ser incluídos.

Como já citado, há moradores que têm desconfianças em relação à eficácia do manejo madeireiro a longo prazo com o receio de que as novas gerações se sintam atraídas pela facilidade do rendimento, abandonando a ideologia defendida por toda a geração anterior na luta dos seringueiros. Frente a essa preocupação algumas medidas estão sendo tomadas, como o ensino de matérias de história da floresta local, para incentivar que o aluno tenha a consciência de garantir a sustentabilidade do local em que vive.

Carvalho (2009), em sua pesquisa, analisou o manejo madeireiro e suas consequências. De acordo com os resultados obtidos, o autor afirma que o manejo não cumpre, de maneira satisfatória, as funções propostas:

é limitada na conservação da estrutura da floresta, não gera renda se não contar com subsídios e, por essa frustração na renda, aponta para uma tendência de colocar em movimento aquilo que buscava inicialmente conter, a pecuária (Carvalho, ii, 2009)

Em visita às famílias do seringal Cachoeira que vivem nas florestas e realizam o manejo florestal, incluindo o madeireiro, foi possível retratar a questão da renda nas comunidades. Praticamente todas as famílias extraem e vendem o látex e a castanha. Com a inserção do manejo de madeira, a renda cresceu de 20 a 30% no ano para cada família. Segundo relatos de moradores que participaram da luta contra os fazendeiros da década de 1980, e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, o preço pago ao produtor local e esse aumento de renda não são significativos a ponto de justificar os danos causados à floresta.

Como citado anteriormente, o preço líquido pago ao produtor local é por volta de R\$50,00 por m³ de madeira, assim, se cada colocação pode extrair um limite de 150 m³ por ano, a renda total chega a 7.500 reais por ano com a madeira. Esse valor é repassado aos moradores pela Cooperfloresta.

Muitos produtores tem conhecimento do potencial de valor que tem as suas florestas, no entanto, só se pode vender a madeira se esta for retirada por meio da Cooperfloresta no modelo de manejo. Alguns moradores afirmam que caso resolvam vender suas madeiras ilegalmente, conseguem com atravessadores (pessoas que compram a madeira ilegalmente e revendem em outros mercados) valores superiores a R\$350,00 por metro cúbico, cerca de 700% a mais que o valor pago no modelo legalizado.

A consciência de que o impacto negativo na floresta é não é compensado pelo valor pago ao produtor, gera um sentimento de revolta por parte do colono, visto que ele não tem alternativa a não ser ver a floresta, responsável pela sua sobrevivência, ser vendida por valores irrisórios. Esse fato deixa o produtor atado, visto que não é permitido realizar o manejo sem um plano delimitado pela Cooperfloresta. A consequência é que muitos produtores buscam complementar a baixa renda advinda do manejo com outros produtos além do látex e da castanha, que no caso, são justamente a pecuária ou mesmo a agricultura.

O número de famílias que buscam expandir suas rendas por meio do gado ou mesmo da agricultura é bastante significativo. O baixo valor recebido pelo manejo da madeira serve muitas vezes para comprar cabeças gado, visto que este pode sim, trazer uma renda maior que o valor pago pelo metro cúbico da madeira. Ademais, é crescente e visível o aliciamento dos colonos pelos grandes fazendeiros que estão a sua volta, onde são oferecidos valores para que o colono crie em sua área as cabeças de gado dos fazendeiros. Esse valor chega a R\$10,00 mensais por cabeça de gado pago ao colono por ceder uma parte de sua propriedade, visto que os grandes pecuaristas não têm mais para onde expandir suas terras.

Esse movimento tem como objetivo pressionar os seringueiros a mudar a forma de pensamento, buscando o lucro fora da floresta, criando gado ou realizando a agricultura para a venda. Temos como resultado, a revolta das famílias com os órgãos de fiscalização ambiental, que impedem que expanda para mais de 30 cabeças de gado por colocação e que se desmate para adotar a agricultura.

Essa é uma questão paradoxal se tivermos com base a luta do líder seringueiro Chico Mendes, que queria exatamente evitar que o movimento pecuarista se expandisse e lutava pela preservação da floresta.

6. Considerações finais

Apesar do Manejo da Madeira ser uma experiência com poucos estudos que comprovem a sua eficácia ou o contrário, a pesquisa realizada permitiu buscar entender em toda a cadeia da madeira e quais eram as opiniões de todos os envolvidos na atividade. A partir disso, foi possível ter uma ideia geral do resultados que cada envolvido espera do projeto sem uma visão enviesada.

Ainda, foi possível observar aspectos importantes como a união entre governo e comunidade, fundamental para o sucesso de qualquer ação governamental; a participação ativa de organizações não governamentais, instruindo e oferecendo bases à população para seu empoderamento; a atuação ativa e incansável de lideranças formais e informais a fim de garantir benefícios à coletividade, entre outros tantos. Assim como, as várias nuances da compreensão do desenvolvimento e as relações entre os atores, as divergências e convergências de interesses, a necessidade constante de negociação, de alianças e de aprendizagem diária.

O tema é amplo, rico e carregado de significados que talvez não tenham sido apreendidos pelos pesquisadores. Sugerimos que pesquisa com o mesmo objeto seja realizada nos próximos anos a fim de que se possam analisar em horizonte temporal mais amplo os impactos da atividade a médio e longo prazos. Sugerimos ainda, que haja uma busca constante da valorização da floresta de todas as formas, inclusive financeira para que a madeira não continue saindo do estado a preços irrisórios em completo desacordo com seu real valor. É importante também que a valorização da sustentabilidade não se limite a um projeto de um governo, que seja perene, bandeira de todos independente de questões partidárias.

7. Referências bibliográficas

ADEODATO, Sérgio; VILELA, Malu; BETIOL, Luciana; MONZONI, Mario. “Madeira de ponta a ponta: O caminho desse a floresta até o consumo”. Fundação Getulio Vargas – Centro de Estudos em Sustentabilidade e Centro de Estudos em Administração Pública e Governo, 2011.

CARVALHO, Ricardo Silveira. Desenvolvimento, sustentabilidade e manejo madeireiro em comunidades no sudoeste da Amazônia: um olhar para além da engenharia florestal. 2009, Universidade Federal de Lavras. Dissertação. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select action=&co obra=159614](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select%20action=&co%20obra=159614)> Acesso em: 17/08/2012

CENTRO DOS TRABALHADORES DA AMAZÔNIA. Disponível em: <<http://www.cta-acre.org>> Acesso em: 17/08/2012.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO ACRE. Disponível em:

<<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/36200055/does-acaderno-unico-18-04-2012-pg-3>>

Acesso em: 17/08/2012

DUARTE, Élio Garcia. Conflitos pela terra no Acre: a resistência dos seringueiros de Xapuri. 1986, Universidade Estadual de Campinas. Dissertação. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000017671>> Acesso em: 19/09/2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 17/08/2012.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. DISPONÍVEL EM: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/>> Acesso em: 26/09/2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/pnf/arquivos/mfc_imazon.pdf> Acesso em: 17/08/2012.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. Disponível em:

<www.ac.gov.br> Acesso em: 17/08/2012.

_____. Acre em números. Disponível em: <http://www.ac.gov.br/wps/wcm/connect/7625130047d6567c9c6bdd9c939a56dd/acre+em+numeros+2011.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=7625130047d6567c9c6bdd9c939a56dd> Acesso em: 17/08/2012

SANTOS, Jeyza Lobato dos. Reserva Extrativista como Alternativa para a Sustentabilidade Local: O Caso da Resex Marinha Maracanã – Pará. Universidade Federal do Pará. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT7-105-335-20080510135004.pdf>> Acesso em: 19/09/2012.

VENTURA, Zuenir. Chico Mendes: crime e castigo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.